

EDITORIAL

Com o 25º número, a REAP/JAPS comemora as suas “bodas de prata” com um conjunto de dezassete artigos (um trabalho de projecto e uma recensão crítica) que fazem ampla justiça à história da Revista. Desde logo, no âmbito da escrita de viajantes britânicos sobre Portugal, matéria que ocupou os primeiros investigadores em Estudos Anglo-Portugueses, existiram monumentos e locais que, quase sempre, fizeram parte do itinerário obrigatório desses visitantes, constituindo, portanto, objecto de estudo recorrente. Tais foram os casos do Mosteiro da Batalha e de Lisboa, retomados em três dos artigos deste número.

O magnífico monumento destaca-se pela importância que lhe foi conferida tanto pelo arquitecto James Murphy, amplamente estudado por Ana Rita de Sá Soveral Padeira em *Uma Visão Artística de Portugal. James Murphy e a sua Obra* (1986) como por William Beckford, “figura canónica” no contexto das relações luso-britânicas, sobretudo desde a publicação da obra de Maria Laura Bettencourt Pires, *William Beckford e Portugal. Uma Visão Diferente do Homem e do Escritor* (1987). O artigo de Pedro Redol, que tem também obra mais recentemente publicada sobre o tema (*Batalha: Viagem a um Mosteiro Desaparecido com James Murphy e William Beckford*, 2011), recupera o interesse que esta obra-prima da arquitectura portuguesa despertou no viajante e escritor inglês em “William Beckford e o Mosteiro da Batalha”. Curiosamente, da mesma forma que Beckford se terá inspirado na Batalha para a edificação de Fonthill Abbey, Lord Holland deixou-se influenciar pela sua estima por Portugal na constituição dos jardins da sua mansão londrina, tal como John Clark

e José Baptista de Sousa defendem em “A ‘Portuguese Garden’ in Kensington”.

Por seu turno, a capital do país foi desde cedo destino de viajantes que procuravam curar os seus males – físicos e por vezes também psicológicos – num clima mais ameno e longe de um ambiente não raro considerado mais opressivo. Se são vários os relatos de viagens conhecidos e estudados cujas causas foram exactamente estas, a influência da visita a Lisboa na obra de Mary Wollstonecraft traz-nos algumas novidades no artigo de Rogério Miguel Puga, “Ficcionalizar Lisboa como ‘Colónia’ Britânica de Convalescência: a Estética do Sofrimento Feminino em *Mary, A Fiction* (1788), de Mary Wollstonecraft”. A relação da célebre escritora inglesa (uma das primeiras defensoras dos direitos das mulheres na Grã-Bretanha) com Portugal constitui também objecto de análise no texto de Catarina Correia de Castro, “Mary Wollstonecraft e a sua (Re)Visão de Portugal em *The Analytical Review*”, que incide na recensão crítica ao relato de Arthur William Costigan, *Sketches of Society and Manners in Portugal*, publicada por Wollstonecraft no periódico nova-iorquino *The Analytical Review*, em 1788, a qual se encontra reproduzida na íntegra, em apêndice ao artigo.

Já em pleno Estado Novo, a escritora norte-americana Mary McCarthy também visitou Lisboa, de passagem para New York, onde viria a publicar as suas impressões sobre a cidade em diferentes periódicos. No seu artigo, “Uma Americana em Lisboa: Mary McCarthy ‘traduz’ Portugal (1954)”, Mário Cruz discorre acerca da forma muito particular como McCarthy “traduziu” Portugal para o público leitor norte-americano. As relações luso-americanas são recuperadas, de uma perspectiva totalmente diversa no artigo de Reinaldo Francisco Silva – “The Rhetoric of Eugenics and the Portuguese in New England: a Case Study” – relativo à imigração portuguesa na Nova Inglaterra e à visão dos norte-americanos sobre estes imigrantes, marcada, nas primeiras décadas do século XX, por pseudo-teorias eugénicas.

À semelhança de Mary Wollstonecraft, também Júlio Dinis é alvo de particular atenção neste número com dois artigos dedicados à sua produção literária: em “Júlio Dinis Anglófilo? Interrogações,

Perplexidades, Desafios”, Miguel Alarcão questiona a anglofilia do romancista e em “Júlio Dinis’s Picture Postcards of Multi-Cultural Portugal”, Hazel Robbins discute a presença na obra de Dinis de questões tão actuais como as de identidade, classe, nacionalidade ou multiculturalismo.

Embora muito trabalho já tivesse vindo a ser realizado no cruzamento da Imagologia com os Estudos de Tradução, nomeadamente nos programas de algumas unidades curriculares dos cursos de Licenciatura e Mestrado em Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como em dissertações apresentadas na referida instituição, Luc van Doorslaer, Peter Flyn e Joep Leerssen, com a recente obra *Interconnecting Translation Studies and Imagology* (2015), vêm fundamentar, do ponto de vista teórico, esta intersecção, defendendo que também as traduções (des) constroem estereótipos, identidades, nacionalismos, enfim, imagens do Outro que reflectem preocupações do Eu. Partindo justamente destes pressupostos, o artigo de Sara Lepori – “Images of Portugal Between Prestage’s Lines: the Translations of Eça de Queirós’s *O Suave Milagre* and *O Defunto*” – pretende analisar a imagem de Portugal veiculada por Edgar Prestage através das traduções que o eminente lusófilo britânico realizou de algumas narrativas de Eça de Queirós. Por seu turno, o reconhecido romancista, cronista, jornalista e viajante português é também estudado por Teresa Pinto Coelho em “Da Abertura do Canal do Suez ao *Ultimatum*: o Egipto e o Imperialismo Britânico Vistos por Eça de Queirós”, sobretudo, como o título indica, do ponto de vista do entendimento do autor relativo ao imperialismo britânico.

A intersecção dos Estudos de Tradução com os Anglo-Portugueses torna-se ainda evidente no artigo de Ricardo Marques, “Sylvester Rosa Koehler, Antero’s Translator. Six Forgotten Translations”, dedicado ao estudo de traduções inglesas (até agora desconhecidas) de seis sonetos de Antero de Quental.

Em “Watson, Foi Você Quem Matou o Policial?”, Maikon Augusto Delgado confere a Fernando Pessoa, cuja influência recebida por autores anglófonos é sobejamente conhecida, um papel de relevo

ao contribuir, do ponto de vista teórico-literário, para a transformação do romance policial, enquanto (sub)género literário, criado por Edgar Allan Poe e posteriormente alterado, com reconhecido sucesso, por Arthur Conan Doyle, como consequência da mudança do horizonte de expectativa dos respectivos leitores. Se neste texto a perspectiva anglo-portuguesa assenta na proximidade de visões de Pessoa e Poe acerca do romance policial, no artigo de Joana Meirim essa óptica decorre da contiguidade da personalidade, dos projectos literários (e de vida), da concepção de poesia e até da relação com os leitores de Philip Larkin e Alexandre O'Neill.

Na história das relações luso-britânicas encontram-se figuras e épocas que, por razões diversas, permitiram uma maior aproximação dos dois países aliados. Entre as primeiras, conta-se D. Catarina de Bragança, Infanta de Portugal e Rainha de Inglaterra, já objecto de estudo em números anteriores da REAP/JAPS. Neste volume, Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco dedica o seu artigo –“(Re)Descobrir D. Catarina de Bragança: Variações de um Caso Anglo-Português em Romances Históricos do Século XX em Língua Inglesa” – a narrativas ficcionais, cujo enredo se desenvolve em torno desta personalidade/personagem anglo-lusa, publicados no século XX, comprovando, assim, a actualidade da acção de D. Catarina no século XVII. Por seu turno, a época da Guerra Peninsular tem sido, desde o Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses do ano lectivo de 1986-87, objecto de análise por parte de vários investigadores: dissertações de mestrado, colectâneas de traduções, actas de encontros científicos, livros e artigos têm vindo a lume desde, pelo menos, 1990, até à actualidade, com grande incremento durante a evocação dos 200 anos das Invasões Francesas (2007-2012). Todavia, a temática encontra-se longe de se esgotar, tal como o artigo de Paula Alexandra Guimarães comprova – “The Rescue of *Lusia* by *Albion*: Representations of Portugal in British Women’s Peninsular War Poetry” –, dedicado à poesia da Guerra Peninsular escrita por mulheres. Por seu turno, o período entre o *Ultimatum* de 1890 e a Primeira Guerra Mundial encontra-se, em grande medida, por estudar do ponto de vista das relações culturais luso-britânicas, exceptuando a colectânea de excertos

EDITORIAL

traduzidos sobre o Regicídio e a 1ª República – *Regicídio e República. Olhares Britânicos e Norte-Americanos* (2010) – e alguns trabalhos de investigação resultantes de programas de mestrado em Estudos Anglo-Portugueses sobre estas matérias. Neste contexto, o artigo de António Lopes – “War Abroad and War Within: a British Military Officer’s View of Portugal’s Revolution of 1917” – constitui um importante contributo, não só por resultar da descoberta de um texto inédito, mas também por nos oferecer uma imagem do Portugal da época da Primeira Grande Guerra visto por um oficial britânico.

Embora as questões de carácter científico tenham sido menos exploradas no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, aquelas têm todo o cabimento nesta área multidisciplinar por definição. Neste contexto, o artigo de Gilberto Pereira – “Os Instrumentos de Edward Marmaduke Clarke na Universidade de Coimbra” – contribui para um melhor entendimento da forma como os cientistas e investigadores lusos estiveram atentos às novidades científico-tecnológicas produzidas em Inglaterra ao tempo da Revolução Industrial, apresentando informações inovadoras (com recurso a material de arquivo) para a história da Ciência.

Fazemos votos de que os próximos vinte e cinco anos da REAP/JAPS, que conta agora com um novo membro (e *peer reviewer*) na sua comissão redactorial, o Professor Doutor Paulo de Medeiros, da Universidade de Warwick, sejam tão (ou mais) frutuosos como estes últimos e que a Revista continue a promover o trabalho de todos os que se dedicam (total ou parcialmente) aos Estudos Anglo-Portugueses.

Lisboa, 30 de Setembro de 2016
Gabriela Gândara Terenas